
Política de indexação para bibliotecas universitárias: um estudo com docentes da área de Organização e Representação do Conhecimento

Indexing policy for university libraries: a study with academical teachers of the Knowledge Organization and Representation

Paula Regina Dal'Evedove (1), Mariângela Spotti Lopes Fujita (2)

(1) Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Av. da Arquitetura, s/n, Campus Universitário, CEP 50740-550 – Recife/PE. p.dallevedove@gmail.com.

(2) Universidade Estadual Paulista, Av. Hygino Muz-zi Filho, 737, Campus Universitário, CEP. 17525900, Marília, SP, Brasil, mariangelaslf57@gmail.com

Resumen

Hemos tratado de aportar nuevos subsidios teóricos y metodológicos sobre las políticas de indización para las bibliotecas universitarias. Así, se aplicaron cuestionarios a profesores que imparten materias relacionadas con la Organización y Representación del Conocimiento dentro del tratamiento temático de la información en los cursos de licenciatura en Bibliotecología en Brasil con el fin de obtener el discurso colectivo de los participantes acerca de los aspectos sujetos tener en cuenta en el desarrollo de *política de indización*. Los resultados conseguidos con la aplicación de los cuestionarios han permitido aclarar aspectos como la necesidad de establecer directrices para un comportamiento ético que deben adoptar los bibliotecarios dedicados al tratamiento temático de la información; admitir el desdoblamiento interdisciplinar de la política de indización desde perspectivas provenientes del área de la Gestión del conocimiento; y el reconocimiento de la comunidad de usuarios internos y externos como punto central de los esfuerzos en el desarrollo de las directrices de políticas de indización.

Palabras clave: Organización y Representación del Conocimiento. Tratamiento Temático de la Información. Política de indización. Bibliotecas universitarias. Cuestionarios.

1. Introdução

A política de indexação é um tema pouco trabalhado pela literatura especializada da área de Organização e Representação do Conhecimento, fato que potencializa novas possibilidades e olhares reflexivos sobre a questão. Reconhecendo a responsabilidade que cerca toda e qualquer discussão sobre política de indexação, não houve nesta pesquisa a pretensão de esgo-

Abstract

We sought to contribute new theoretical and methodological subsidies about indexing policies for university libraries. Therefore, questionnaires were applied to teachers of the Organization and Knowledge Representation area, that teach disciplines related to the Thematic Treatment Information in undergraduate courses in Library Science in Brazil in order to get collective and individual discourse of the participants about the subject aspects consider in developing indexing policies. Generally, the results indicate the need for guidelines indexing policy predict ethical issues related to the activity of the indexer librarian; forwarding interdisciplinary studies with knowledge management in order to advance research for the subject and contribute to the production of new knowledge; as well as recognition of internal and external user community as the focal point of efforts in developing indexing policy guidelines.

Keywords: Knowledge Organization and Representation. Information Subject Treatment. Indexing policy. University libraries. Questionnaires.

tar o assunto, nem seria tal empreendimento possível, pois esta prática contempla o acompanhamento de fenômenos que se revestem de aspectos sociais, cognitivos e culturais – o fazer profissional, o sistema de informação e a comunidade usuária. Todavia, admitiu-se a necessidade de novas alternativas de produção do conhecimento sobre política de indexação que sejam construídas coletivamente.

Nesse sentido, a presente pesquisa visa contribuir com subsídios teóricos e metodológicos para a definição de políticas de indexação direcionadas às bibliotecas universitárias brasileiras a partir da esfera científica. Para tanto, foram aplicados questionários com docentes da área de Organização e Representação do Conhecimento que ministram disciplinas relacionadas ao universo científico do Tratamento Temático da Informação nos vinte e sete cursos de graduação em Biblioteconomia vigentes no Brasil. Portanto, o interesse maior foi verificar a opinião dos docentes sobre os principais elementos, na esfera teórica e metodológica, que devam ser considerados e contemplados nas políticas de indexação, visando contribuir para a melhoria da atividade de tratamento temático da informação realizada em bibliotecas universitárias brasileiras.

2. Política de indexação em bibliotecas universitárias

A inter-relação existente entre a universidade e a biblioteca recai para a autonomia intelectual e promoção social que ambas representam. A biblioteca, tal como a universidade, é considerada um espaço de socialização do conhecimento e, por isso, consideradas instituições dependentes. Para Gómez Hernández (2002) pensar em universidade é ao mesmo tempo considerar a biblioteca, pois ambas partilham dos mesmos objetivos quando se reconhece que o conhecimento nestes espaços “do saber” é produzido a partir da informação, fato que permite considerar que a biblioteca é quem faz a universidade; não havendo sentido se consideramos esta relação de outro modo.

A biblioteca, na qualidade de esteio da universidade, possui como funções primeiras atividades relacionadas, em especial: a) armazenagem do conhecimento (destinadas à preservação e conservação da memória da produção intelectual); b) organização do conhecimento (qualidade dos produtos e serviços que favoreça a recuperação da informação); e c) acesso ao conhecimento (possibilitar o acesso simultâneo por todos, posto que a exigência e necessidade por informação transcenda questões relacionadas ao valor, lugar, forma ou necessidade de acesso) (FUJITA, 2005).

Com a inserção das tecnologias de informação e comunicação nas bibliotecas universitárias, suas atribuições com vistas à socialização do conhecimento foram potencializadas. O mundo atual aspira as tecnologias de informação e comunicação na mesma velocidade em que estas são desenvolvidas e apresentadas à sociedade e, naturalmente, no espaço das bibliote-

cas universitárias não poderia ser diferente. Dentre seus benefícios, o acesso à informação ganha destaque, visto ser o conhecimento o produto mais valioso em tempos de contemporaneidade, pois se tem ampliada as possibilidades dos sujeitos, em qualquer espaço geográfico, obter as informações desejadas; ação esta propiciada pelos recursos tecnológicos disponíveis na atualidade.

Ao longo de sua história, as bibliotecas universitárias atravessaram diversas mudanças. Num esforço de acompanhar e refletir sobre as alterações conjunturais inerentes à sociedade do conhecimento, as inovações tecnológicas provocam alterações substanciais em suas atividades, em especial no que tange à organização¹ ou tratamento e oferta da informação. Certamente, a questão das tecnologias de informação e comunicação nas atividades biblioteconômicas é um tema a ser desdobrado em muitas outras facetas, mas, em conformidade com os objetivos da pesquisa, a atenção aqui recai para o uso dos catálogos coletivos que, ao permitirem o acesso *online*, desterritorializam a informação que antes era limitada às paredes das bibliotecas universitárias.

Fujita (2012a, p. 19-20) lembra que, diante das novas tecnologias de informação e comunicação, o catálogo *online* de bibliotecas passa a ser uma base de dados que, além de armazenar representações temáticas e descritivas em formatos bibliográficos, possibilita o “[...] armazenamento de objetos digitais com diversidade de conteúdos, desde textos até audiovisuais imagéticos, que são facilmente acessíveis junto aos registros bibliográficos através da questão de busca”. Em tempos de inovações tecnológicas, permitir o acesso e a recuperação da informação por meio de catálogos coletivos *online* faz com que as bibliotecas universitárias contribuam para que, em meio à multiplicidade de informações produzidas segundo a segunda pela eferescente sociedade do conhecimento, o usuário encontre a informação adequada, sanando suas necessidades informacionais e indo ao encontro com a produção de um novo conhecimento.

Assim, os catálogos coletivos *online* de bibliotecas universitárias, enquanto formas contemporâneas de coleta de dados, sistematização e disseminação dos conteúdos documentais para a recuperação da informação por comunidades usuárias locais e/ou remotas, rejeitando limites geográficos e culturais, precisam refletir os serviços e produtos desenvolvidos e prestados com qualidade e rapidez, bem como serem pertinentes e compatíveis com os interesses informacionais de sua clientela.

Dal'Evedove, Paula Regina; Fujita, Mariângela Spotti Lopes. *Política de indexação para bibliotecas universitárias: um estudo com docentes da área de Organização e Representação do Conhecimento*. En XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO España-Portugal, 19-20 de noviembre, 2015, Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos. Murcia: Universidad de Murcia.

Frente a essa nova realidade, Fujita, Rubi e Boccato (2009, p. 21) alertam sobre a importância de processos, condutas e instrumentos mais adequados para o contexto de bibliotecas universitárias, uma vez que:

O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias apresenta mudanças significativas quanto ao acesso e recuperação por assuntos no catálogo, em parte, influenciadas pelas funções de organização e representação documentárias para a diversidade de documentos e de áreas de conhecimento e, principalmente, pelo comportamento informacional do usuário que exigem análise e planejamento de política de tratamento documentário.

Diante disto, a atividade de tratamento temático da informação realizada neste contexto informacional precisa ser amparada por meio de uma política de indexação que propicie coordenadas e diretrizes específicas acerca das ações empregadas pelos bibliotecários no tratamento temático dos diversos tipos de documentos, visando contribuir com melhorias nos produtos e serviços oferecidos, bem como na recuperação da informação por parte da comunidade usuária.

O importante papel da política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias e especializadas é observado em Fujita (2012a, p. 22), para quem “[...] a política de indexação é um conjunto de procedimentos, materiais, normas e técnicas orientadas por decisões que refletem a prática e princípios teóricos da cultura organizacional de um sistema de informação”, os quais ganham significado se aplicados ao contexto de um sistema de armazenagem e recuperação da informação que possua finalidades e objetivos bem definidos, que abrigue condições quanto à natureza da informação produzida e solicitada e, também, conheça as características da comunidade de usuários. De modo geral, a política de indexação compreende “[...] a seleção de tipos de documentos a serem indexados, procedimentos de análise e representação de assuntos, aspectos qualitativos da indexação como precisão, especificidade, exaustividade e revocação, instrumentos de controle de vocabulário [...], além da avaliação da indexação pela consistência e pela recuperação” (FUJITA, 2012a, p. 22).

O ambiente do sistema de informação do bibliotecário indexador é uma variável importante na busca por uma consistência dos resultados da indexação, que serão refletidos na recuperação e uso da informação. Fujita (2012b, p. 187) alerta que o ambiente de trabalho proverá ao bibliotecário indexador conhecimentos específicos acerca da “[...] cultura organizacional, política de indexação expressa em um manual de indexa-

ção, linguagem de indexação e o objetivo de atendimento das demandas de sua comunidade usuária”. Sendo assim, a política de indexação precisa estar bem formulada, esclarecida e em constante avaliação. Contudo, diversos estudos presentes na literatura especializada apontam a inexistência da política de indexação nos diversos sistemas de informação e, ainda, a despreocupação com que estas diretrizes são elaboradas ou utilizadas no cotidiano da prática profissional nas atividades de indexação e catalogação de assunto, tais como Rubi (2004, 2008); Gil Leiva y Fujita (2012); Dal’Evedove (2014), dentre outros.

Na ótica de Rubi (2012, p. 182),

A sistematização da teoria sobre política de indexação forma um conjunto que permite aos bibliotecários a visão da sua realidade, a reflexão sobre sua ação de indexação e o significado que essa reflexão pode trazer ao seu dia-a-dia, representando um impacto direto na mudança de ações e postura frente a novos desafios que lhes são colocados todos os dias.

Com efeito, em se tratando de atividades relacionadas ao tratamento da informação em sistemas de informação especializados em áreas de assunto, tal como a biblioteca universitária, os profissionais precisam direcionar esforços “[...] para a definição de princípios, métodos e orientações quanto às características da indexação e efeitos na recuperação” (FUJITA, 2012a, p. 13). Para tanto, torna-se imprescindível a elaboração e avaliação periódica de uma política de indexação descrita e registrada no manual de indexação, como forma de aprimorar a recuperação da informação ao refletir os objetivos da biblioteca universitária, identificar as condutas teóricas e práticas da equipe de trabalho, bem como para definir um padrão de cultura organizacional que seja coerente com a demanda da comunidade usuária (RUBI; FUJITA, 2010).

Diante da significativa função que a política de indexação exerce nos sistemas de informação, considera-se importante direcionar o olhar para os docentes que ensinam temáticas no eixo do Tratamento Temático da Informação, como forma de se obter novos subsídios a serem considerados na elaboração e atualização de políticas de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias.

3. Procedimentos Metodológicos

Foram aplicados questionários com docentes que ministram disciplinas relacionadas à área de Organização e Representação do Conheci-

mento no âmbito do Tratamento Temático da Informação.

Referente à seleção dos docentes, tem-se o ensino de Biblioteconomia que se materializa em diferentes regiões do Brasil. Em sintonia com este cenário, a amostra foi definida por meio de consultas às grades curriculares oficiais dos vinte e sete cursos de Biblioteconomia oferecidos em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas no Brasil (Apêndice A). Para tanto, realizou-se uma análise documental na grade curricular dos cursos identificados para diagnosticar as disciplinas relacionadas ao ensino de temas ligados ao Tratamento Temático da Informação (fundamentos, processos, produtos e instrumentos).

A referida ação resultou na identificação do quadro de disciplinas obrigatórias ofertadas no Brasil nesta temática, viabilizando a identificação de quarenta e um (41)² docentes enquanto sujeitos de pesquisa representativos do contexto acadêmico e responsáveis pela produção da massa crítica, pelo arcabouço teórico-metodológico da área e pela formação de futuros profissionais. Do total dos questionários respondidos, obteve-se um grupo social composto por doze (12) docentes. Isto quer dizer que 29,3% do total dos sujeitos identificados na vertente científica participaram da pesquisa.

É proveitoso destacar que na presente pesquisa são trabalhadas e discutidas três questões abertas presentes no questionário eletrônico aplicado por Dal'Evedove (2014), as quais abordam assuntos relacionados ao processo de tratamento temático da informação e política de indexação. Entrementes, neste questionário buscou-se verificar as representações dos temários abordados no discurso coletivo dos docentes ligados aos cursos de graduação em Biblioteconomia do Brasil.

A primeira questão indagou os atores sociais sobre o papel da política de indexação para a atividade de indexação/catalogação de assunto. A análise das respostas obtidas permitiu observar os traços que identificam e definem a política de indexação na perspectiva desses atores sociais. A segunda questão buscou reconhecer alguns dos aspectos relativos à política de indexação que merecem ser discutidos e/ou aprofundados pela área de Organização e Representação do Conhecimento. Por sua vez, a terceira questão foi elaborada como forma de verificar quais são os elementos que devem ser considerados na elaboração de política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias no entendimento dos docentes da área.

Esclarece-se que o questionário figura no grupo de técnicas de pesquisa que permitem a coleta de dados de forma direta extensiva. A vantagem deste instrumento para a coleta de dados decorre pela oportunidade de se observar o discurso individual e coletivo dos docentes sobre os temas abordados e, como resultado, obter a exposição das opiniões, percepções e conhecimentos dos sujeitos investigados. Desse modo, cada sujeito participante recebeu um código de identificação para não prejudicar a análise e compreensão das respostas, mas garantir o anonimato.

Ademais, considerou-se oportuno o emprego deste instrumento em virtude da distância entre as autoras e os respondentes, da quantidade de sujeitos de pesquisa e da qualidade dos recursos tecnológicos disponíveis na atualidade, os quais viabilizaram o envio e retorno dos questionários em tempo hábil.

A linha orientadora que conduziu a interpretação dos dados e a construção do conhecimento foi a abordagem qualitativa, visando preservar os conhecimentos cotidianos dos sujeitos de pesquisa para se chegar a resultados mais substanciados. Conduziu-se a interpretação dos dados por meio da técnica de análise de conteúdo, enquanto conjunto de técnicas de análise de comunicações.

Preconizada por Laurence Bardin (2004, p. 37), a técnica em tela comporta um:

[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A técnica de análise de conteúdo viabiliza a determinação de pontos de inferência que se pretende identificar em uma determinada comunicação, a construção das variáveis analisadas e a verificação de seu sentido no contexto apresentado. Nesta, a contextualização comporta-se como um dos principais requisitos para a obtenção de resultados relevantes; característica que enriquece a análise dos dados em investigações científicas que envolvam percepções e conhecimentos particulares de sujeitos inseridos em contextos sociais, como é o caso desta pesquisa.

Do ponto de vista prático, toma-se o aporte da análise de conteúdo para identificar os núcleos temáticos mais recorrentes, principalmente os que figurarem de forma isolada nas respostas dos questionários. Para tanto, pauta-se nas três fases distintas e complementares que abrangem

Dal'Evedove, Paula Regina; Fujita, Mariângela Spotti Lopes. *Política de indexação para bibliotecas universitárias: um estudo com docentes da área de Organização e Representação do Conhecimento*. En XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO España-Portugal, 19-20 de noviembre, 2015, Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos. Murcia: Universidad de Murcia.

a técnica, sendo estas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

4. Apresentação e Discussão dos resultados

Os resultados de natureza exploratória alcançados com a aplicação dos questionários foram dispostos respeitando a natureza dos dados e suas especificações, conforme segue:

1. Qual o papel da política de indexação para a atividade de indexação/catalogação de assunto?

De modo geral, os docentes são conscientes sobre o papel que a política de indexação exerce na atividade de indexação/catalogação de assunto. As respostas obtidas foram consideradas favoráveis ao objetivo pretendido com a elaboração da primeira questão. Na visão dos sujeitos participantes, a política de indexação representa o conjunto de diretrizes capazes de orientar as decisões a serem tomadas no tratamento da informação, que tem como resultado a recuperação da informação com qualidade para o usuário.

No discurso desses atores sociais, o papel da política de indexação é definir as ações, níveis, padrões, mecanismos e ferramentas adotadas pela biblioteca universitária para a realização do processo de tratamento temático da informação. Ao orientar a prática profissional por meio de elementos que embutem um mínimo de regras visando a padronização do processo, desde que apropriadas para a realidade de cada sistema de informação, a política de indexação “[...] permite que, progressivamente, o próprio processo de indexação economize energias, tanto do usuário quanto do bibliotecário, contribuindo para o desenvolvimento da biblioteca” (NUNES, 2004, 60).

A política de indexação ocupa um papel bastante importante na atividade de indexação e envolve toda a instituição, uma vez que ela sintetiza as diretrizes acordadas por uma instituição e seus colaboradores, no sentido de uniformizar e otimizar os recursos humanos e materiais disponíveis nessa instituição (D-7).

Nortear os procedimentos e a avaliação da atividade de indexação/catalogação de assunto (D-2).

Instrumento básico e fundamental para nortear as atividades dos indexadores (D-4).

A política orienta o trabalho do indexador e promove a padronização dos procedimentos numa mesma biblioteca ou rede de bibliotecas (D-6).

Extremamente importante, pois sem ela não há os parâmetros necessários para que a indexação

cumpra seu objetivo dentro de determinada instituição e para determinado domínio (D-12).

Um dos discursos obtidos com as análises dos questionários ganha notoriedade neste momento. Nele, verifica-se a presença de uma concepção bastante difundida na literatura especializada sobre política de indexação, a qual considera que o processo de tratamento temático da informação deva ser norteado e respaldado por uma filosofia que abarque questões relacionadas à parte operacional, mas também contemple o ponto de vista da biblioteca universitária enquanto organização.

A Política de Indexação dentro de um sistema de informação deve refletir os objetivos da unidade de informação, não se constituindo somente como uma lista de procedimentos, mas sim como [uma] diretriz a ser seguida, uma filosofia de trabalho (D-7).

Ao explicitar o seu posicionamento dessa forma, o referido docente vai ao encontro com o que é preconizado pelas principais teorias na área de Organização e Representação do Conhecimento no âmbito brasileiro. Destaque seja dado à Rubi (2008, p. 50) ao sinalizar que “[...] a política de indexação não deve ser vista como uma lista de procedimentos a serem seguidos, e sim uma filosofia que reflete os interesses e objetivos da biblioteca”. Este entendimento também é observado em outros estudos sobre a temática, tais como em Carneiro (1985) e Gil Leiva e Fujita (2012).

Para um dos sujeitos participantes, a política de indexação quando bem delimitada e elaborada por uma equipe multidimensional assevera que os produtos e serviços informacionais oriundos do processo de tratamento temático da informação promovam a democracia e o respeito necessário às demandas de sua comunidade usuária. Esta preocupação foi manifestada da seguinte forma:

Somente com uma política de indexação bem delimitada, elaborada por uma equipe multidimensional e horizontal, permitirá a Instituição indexadora, prover ao seu sistema de indexação, a democracia e o respeito necessário às demandas informacionais de seus usuários (D-10).

De modo prático, significa imprimir nestes produtos e serviços informacionais uma diferenciação que os torne atraentes aos olhos dos usuários reais ou potenciais de bibliotecas universitárias. Devidamente fundamentada, a política de indexação preserva os interesses e expectativas informacionais da comunidade acadêmica interna e externa. Consequentemente, o processo como um todo “[...] deixa de ser um foco de problemas para se transmutar em instrumento

indutor de avanços qualitativos dos serviços prestados pela biblioteca” (NUNES, 2004, 60). À medida que a biblioteca universitária admite o usuário como elemento central do processo e estabelece regras mínimas para o alcance desse propósito, passa-se a ter assegurado que os seus esforços serão dispensados na promoção de produtos e serviços informacionais que reflitam os interesses, expectativas e desejos informacionais de sua comunidade real e potencial.

Ainda, na concepção deste sujeito de pesquisa, o mérito da política de indexação é propiciar novas formas de se pensar as regras existentes na biblioteca universitária diante das particularidades de cada sistema de informação e, sobretudo, avançar na persecução dos objetivos institucionais.

Mas creio que o principal papel da política de indexação é buscar através dela a superação dos recursos existentes, levando a instituição para onde se quer que esta chegue e não apenas para reproduzir o existente (D-5).

Como resultado, as características e especificidades de cada biblioteca universitária, além de representadas na política de indexação por meio de diretrizes claras e precisas, passam a ser respeitadas quando da inserção desta na prática cotidiana do processo.

2. Quais questões sobre política de indexação merecem ser discutidas/aprofundadas pela área?

Com base na vivência acadêmica, nesta questão os sujeitos participantes deveriam opinar sobre os pontos que merecem ser discutidos/aprofundados nos estudos encaminhados na área de Organização e Representação do Conhecimento acerca da política de indexação. Dentre os resultados, foram apontados alguns elementos apresentados pela literatura especializada e compilados por Rubi (2008), quais sejam: o contexto, a linguagem documental e os tipos de índices utilizados, a questão da especificidade e exaustividade, os recursos (financeiros, materiais, físicos e humanos), os assuntos cobertos pelos documentos e área de interesse, bem como o uso dos vocabulários controlados. Do total, um grupo formado por três docentes entende que tais elementos ainda carecem de discussões mais verticalizadas, em especial quando se admite as características e particularidades de cada biblioteca universitária, com objetivos e características próprias.

A conscientização dos bibliotecários e instituições sobre a necessidade de definir políticas de indexação específicas para a realidade de cada sistema de informação foi apontada por um dos docentes, para quem a área de Organização e

Representação do Conhecimento precisa desenvolver estudos dedicados à operacionalização de política de indexação e não somente propor diretrizes, a saber:

Conscientização de profissionais e instituições sobre a necessidade de definir políticas; relação da política de indexação com as atividades de planejamento e como 'operacionalizar' a política (D-6).

Relativo a isso, entende-se que para a política de indexação ter condições exequíveis de ser aplicada na prática cotidiana dos bibliotecários e compor efetivamente o quadro de documentos vigentes das bibliotecas universitárias, o desenvolvimento de estudos que cerquem questões inerentes aos atores sociais que figuram no processo de tratamento temático da informação mostra-se uma linha de raciocínio bastante favorável. Isto porque, passa-se a considerar nas diretrizes de políticas de indexação elementos que não estejam apenas centrados nas concepções teóricas da literatura especializada, mas que, especialmente, tragam características sobre a realidade própria do processo realizado no contexto de bibliotecas universitárias mediante o discurso dos diferentes atores sociais envolvidos, quais sejam: docentes, pesquisadores, bibliotecários dirigentes e indexadores, bem como usuários da informação.

Um dos sujeitos participantes indica que algumas das dificuldades existentes em se delimitar com maior precisão e rigor as diretrizes de política de indexação decorrem da inércia com que as características dos usuários são assumidas nos produtos e serviços informacionais gerados pelos sistemas de informação, conforme segue:

A sintonia e sincronia com as necessidades e características dos usuários, muitas vezes são decisões ou diretrizes formuladas sem levar em consideração o principal que é o usuário (D-1).

Complementando a discussão, na fala de outro sujeito participante identifica-se uma indagação sobre um ponto relevante a ser assumido nas pesquisas empreendidas no âmbito da temática, qual seja:

As questões éticas envolvidas no tratamento temático estão fazendo parte da elaboração da política de indexação? (D-2).

Em um trabalho de análise acerca das diretrizes de política de indexação propostas pela literatura especializada, verifica-se que as questões éticas ainda não foram pontualmente assumidas e/ou mesmo inseridas como elementos constituintes desse conjunto de orientações. Nessa concepção, nota-se uma abertura favorável por indicações desta natureza quando se considera os fenômenos, situações e características que envolvem a atividade de tratamento temático da

informação desempenhada por profissionais bibliotecários que possuem hábitos e, por sua vez, estão inseridos em sistemas de informação com particularidades e objetivos institucionais específicos.

Segundo Almeida (2010, p. 19) o hábito determina as condições da cognição dos sujeitos e, especificamente no caso do bibliotecário indexador, alerta que este profissional “[...] está submetido a forças reais que delimitam as disposições das interpretações futuras”. Isto implica considerar que no processo de interpretação realizado pelo bibliotecário indexador existem variáveis que condicionam o resultado do tratamento temático da informação e, por consequência, o da recuperação nos sistemas de informação. Prever diretrizes operacionais que cerquem tais questões nem sempre é assegurar neutralidade aos produtos e serviços informacionais gerados no processo, tendo-se que traçar orientações de conduta ética pelas quais os profissionais deverão se pautar. Nesta esfera, “sendo um ser ideológico e culturalmente social, o aspecto da neutralidade dificilmente será zelado” (DAL’EVEDOVE, 2010, p. 127). Por consequência, o bom sendo profissional acaba incidindo preconceitos, valores e opiniões pessoais dos bibliotecários indexadores a respeito de determinado assunto, prejudicando a representação do assunto do documento e, posteriormente, a recuperação deste item informacional nos catálogos coletivos *online* das bibliotecas universitárias.

Esta realidade traz a ascensão da política de indexação como forma de orientar o cotidiano da prática profissional, sendo necessária uma mudança de postura por parte do bibliotecário indexador, conscientizando-se sobre a importância da adoção de critérios de qualidade para que o resultado do processo resulte efetivamente na recuperação da informação (RUBI, 2008). Entende-se que uma alternativa à questão é a indicação no corpo da política de indexação de um padrão de conduta ética pelo qual o processo de tratamento temático da informação deva ser conduzido e amparado no contexto de bibliotecas universitárias.

Na concepção de outro sujeito participante, as pesquisas sobre política de indexação precisam considerar as contribuições da área de Gestão da Informação, especificamente no que tange às teorias relativas à gestão do conhecimento como forma de, por meio dos métodos, modelos e técnicas desta literatura, identificar com maior propriedade as necessidades de cada biblioteca universitária e dos seus respectivos profissionais.

Acredito que, para além do que a literatura clássica sobre indexação nos transmite, o desenvolvimento de uma política de indexação deveria caminhar ao lado da teoria da gestão do conhecimento (GC) nas organizações. Uma vez que a GC nos oferece métodos, modelos e técnicas para identificarmos as reais necessidades de nossas instituições e de nossos colaboradores (D-5).

Valentim (2008, p. 4) esclarece que a gestão do conhecimento visa trabalhar a cultura e a comunicação organizacional e informacional em contextos organizacionais, como forma de propiciar “[...] um ambiente positivo em relação à criação/geração, aquisição/apreensão, compartilhamento/socialização e uso/utilização de conhecimento [...]”. Autores como Carneiro (1985), Rubi (2008) e Fujita (2012a) destacam a importância da política de indexação ser compreendida como uma decisão administrativa, representada por meio de uma filosofia que reflita os objetivos da instituição. Por contribuir na definição de condutas teóricas e práticas dos profissionais envolvidos no tratamento temático da informação, a política de indexação possibilita que cada biblioteca universitária defina um padrão de cultura organizacional coerente com a demanda de sua comunidade usuária.

Somado a isso, tem-se a capacidade da política de indexação em conferir às bibliotecas universitárias os meios eficazes para se conhecer, com maior propriedade, seus usuários e oportunizar que tais sujeitos informacionais encontrem a informação que desejam.

Complementando a questão, o referido sujeito participante alerta sobre a necessidade desta abertura interdisciplinar, uma vez que a literatura especializada acerca de política de indexação é bastante limitada e, por vezes, concisa no que diz respeito ao desenvolvimento de diretrizes que considerem a realidade organizacional em que o processo de tratamento temático da informação é realizado. Em sua fala, o docente defende que, ao ser admitido nos estudos de política de indexação o desdobramento interdisciplinar com a área de Gestão do Conhecimento, creditar-se-ia uma possibilidade investigativa proveitosa para o avanço dos estudos. Corroborar-se com o presente posicionamento, posto que a política de indexação precisa prever questões relativas ao campo teórico e metodológico do processo e contemplar atividades de gestão, nas quais estão os requisitos para o bom planejamento de um sistema de recuperação da informação, conforme sinalizam os estudos de Carneiro (1985); Rubi (2004, 2008); Gil Leiva y Fujita (2012) e Dal’Evedove (2014).

Digo isso porque muitas vezes ficamos presos no que a teoria tradicional da indexação nos oferece e

ela é bastante lacônica no sentido do desenvolvimento de políticas baseadas na realidade em que estamos inseridos (D-5).

Na prática, o bom entendimento da biblioteca universitária enquanto contexto social e cultural de atividade, que possui características e objetivos específicos, bem como uma realidade de trabalho própria, sinaliza com maior clareza seus objetivos institucionais. Dessa forma, ao serem identificados com maior precisão quais são os objetivos da biblioteca universitária e, por consequência, estes serem representados por meio de uma filosofia que reflita o padrão de cultura organizacional coerente com a demanda da comunidade acadêmica, facilita o encontro da informação certa e sem maiores esforços físicos e/ou cognitivos por parte de seus usuários.

Políticas servem para repensar estruturas e não para mantê-las. Por isso creio que nossa teoria clássica sobre esta temática está um tanto defasada (D-5).

Em um estudo que alia a gestão e o tratamento da informação, Jambeiro (2000) defende que em razão das conquistas tecnológicas nos setores de informática, comunicações e eletrônica, o profissional da informação precisa adquirir novos atributos, tornando-se um “estrategista” ou um “humano multifacetado” (CARVALHO, 2002), sendo capaz de captar, compreender, analisar e interpretar de maneira crítica a realidade a sua volta. Dentre um conjunto de exigências listadas pelo autor para a atuação do profissional da informação nas diversas organizações, três ganham destaque por darem consistência às reflexões encaminhadas neste ponto da pesquisa sobre os contributos da Gestão do Conhecimento para o tratamento temático da informação realizado em bibliotecas universitárias, a saber:

- Exercitar visão crítica sobre a produção, distribuição e consumo de informação, porque somente com esta visão poderão produzir, selecionar, organizar e disseminar adequada e eficientemente a informação;
- Analisar o conteúdo e dialogar com a fonte ou produtor e o consumidor sobre a qualidade da informação obtida e seu adequado tratamento;
- Valorizar o conhecimento sobre o ambiente em que vivem, buscando identificar possíveis facilidades e dificuldades ao exercício de sua missão (JAMBEIRO, 2000, p. 7).

No primeiro item, nota-se uma preocupação com o exercício de uma visão crítica por parte do bibliotecário indexador de todo o ciclo documental, como um diferencial para a organiza-

ção, acesso e transferência da informação adequada e eficiente. Para tanto, cabe ao profissional possuir uma visão ampla do processo de tratamento temático da informação, não limitada apenas ao tratamento, mas considerando os meios de distribuição e consumo das informações. No item posterior, tem-se o ápice do processo de tratamento temático da informação realizado em contexto de bibliotecas universitárias, mediante uma política de indexação bem definida na ação de analisar o conteúdo e dialogar com o usuário acerca da qualidade da informação obtida e seu adequado tratamento.

Esta manobra preserva dois importantes elementos presentes nas diretrizes de política de indexação propostas pela literatura especializada da área: a) *identificação dos usuários* no momento da preparação da política de indexação contemplando áreas de interesse, níveis de experiências, atividades que exercem volume e características das questões propostas pela comunidade usuária; e b) *avaliação* do sistema de recuperação da informação feita pelo bibliotecário com o objetivo de determinar o grau de satisfação dos usuários no uso (RUBI, 2008). Adicionalmente, o último item revela o mérito da política de indexação como forma de refletir as características da cultura organizacional de cada biblioteca universitária, identificando suas potencialidades e dificuldades no exercício de sua missão enquanto organização direcionada ao provimento de informações que sanem os desejos e interesses informacionais de seus usuários.

Em um estudo mais verticalizado sobre as contribuições da gestão do conhecimento organizacional para a política de indexação, Lousada et al. (2011) defendem que os elementos de política de indexação podem ser enriquecidos ao passo que a criação e utilização do conhecimento organizacional são considerados. Ao se beneficiar de um modelo de gestão do conhecimento, por exemplo, que oriente a política de indexação para a criação de valor ao usuário, as autoras sinalizam que as instituições, independentemente do seu sistema de informação, “[...] passam a ser orientadas não apenas pelos serviços baseados na infraestrutura física, mas também nas relações humanas” (LOUSADA et al., 2011, p. 2000). Este contributo é de grande valia para o encaminhamento de abordagens centradas no sujeito e suas relações na coletividade a partir de um olhar organizacional, aproximando o fazer profissional às características e particularidades da comunidade usuária; fator indutor para a geração de conhecimento.

A presença da política de indexação nos cursos de formação e capacitação profissional do bibli-

otecário também foi um dos pontos suscitados por um dos docentes. Em sua compreensão, a presença de discussões sobre a política de indexação na formação inicial e na formação em serviço contribuiria para capacitar os sujeitos sobre os critérios, os métodos, a construção e uso das linguagens de indexação, considerando-se que a construção e posterior manutenção deste instrumento requer dinamismo.

De modo geral a política de indexação como um todo deve ser melhor discutida na formação do Bibliotecário, e também via cursos de capacitação para profissionais atuantes. Há uma compreensão equivocada por parte de alguns profissionais do campo, sobre os critérios, os métodos, a construção e uso de Linguagens documentárias (...). Esta competência precisaria ser constantemente reciclada dentre os profissionais, uma vez que a construção e a manutenção das Linguagens requer um dinamismo (D-10).

Pode-se inferir que tal dinamismo decorra do papel que a linguagem de indexação exerce na representação de conteúdo e na recuperação da informação, em que a permanente atualização é um atributo indispensável por vincular o documento ao usuário. A confluência entre o uso adequado de uma linguagem de indexação na prática de um tratamento temático da informação qualitativo, com fins de recuperação da informação por um público especializado, como é o caso das comunidades usuárias de bibliotecas universitárias, foi evidenciada por Boccato (2009, p. 231) para quem:

O uso adequado da linguagem documentária no processo de representação para indexação está vinculado ao processo de avaliação constante da busca por assunto, proporcionando elementos norteadores para o aperfeiçoamento e a adequação de um sistema de organização do conhecimento que reflita o contexto informacional, cultural e social em que está inserido.

Complementando a questão, o referido docente destaca a necessidade de alunos e profissionais bibliotecários compreenderem o processo de busca da informação realizado nos sistemas de recuperação da informação pelo usuário.

Dentre os pontos que precisam ser mais explorados, destaco a necessidade de compreensão sobre o funcionamento do processo de busca da informação pela sua comunidade usuária, e isto significa compreender as formas de uso e de significação da linguagem nesta comunidade (D-10).

Mais do que saber o modo como a comunidade usuária realiza a busca no sistema de informação, alunos e bibliotecários indexadores entenderiam com maior propriedade as formas de uso e significação da linguagem de indexação pela comunidade usuária.

3. Quais os elementos a serem considerados na elaboração de política de indexação para bibliotecas universitárias?

Na terceira questão, buscou-se identificar os principais elementos a serem considerados na elaboração de uma política de indexação própria para o contexto de bibliotecas universitárias. No geral, o conjunto de respostas obtidas foi pouco expressivo, não havendo uma correspondência direta e linear entre o enunciado da pergunta e as opiniões apresentadas pelos docentes. Alguns dos sujeitos participantes não se mostraram a par do universo teórico da política de indexação ou mesmo do propósito destas diretrizes no tratamento temático da informação.

Apesar do pequeno material empírico obtido, uma das falas dos sujeitos participantes indica a caracterização do usuário e os níveis de indexação como elementos a serem considerados.

(...) a caracterização do usuário, incluindo mapeamento de necessidades, tipo de material utilizado, tipo de linguagem documentária a ser utilizada, tipo de serviço e produto a ser fornecido etc. Estabelecer os níveis de indexação - exaustividade, precisão, quantitativo de descritores a serem utilizados, preferência por descritores mais específicos (D-1).

Outro sujeito participante apontou a necessidade da política de indexação abarcar a realidade própria de cada sistema de informação, considerando, obrigatoriamente, as necessidades diversas dos distintos usuários. Mais do que isso, o encaminhamento de políticas de indexação que imprimam a importância de se delinear os contornos de cada realidade em que a informação é organizada e disponibilizada para o acesso, com fins de transferência e geração de conhecimento.

No caso das bibliotecas universitárias, a necessidade de políticas que contemplem as necessidades diversas dos distintos usuários (fator relevante em qualquer tipo de biblioteca, mas, no caso das universitárias, essa característica é muito importante e com perfis bem definidos de necessidades informacionais) (D-6).

Sobre isto, Smit (2009, p. 59) esclarece que a apropriação da informação é dependente do acesso, mas que a passagem do acesso para a transferência não é uma ação simples ou automática, existe “[...] uma relação de causalidade entre ambas (mas não uma relação de pressuposição recíproca): não há transferência sem acesso à informação, mas pode haver acesso à informação sem que ocorra a respectiva transferência”. Para uma efetiva transferência da informação, isto é, assimilação cognitiva e pessoal da informação pelos usuários no contexto da biblioteca universitária, deve-se admitir que as

ações humanas não são aleatórias, mas correspondem às práticas sociais com um conteúdo que lhes dão fundamento. O mesmo ocorre na busca pela informação; tem que haver significado na informação para que esta satisfaça o usuário. Logo, questões que tenham uma abordagem mais completa do complexo processo de tratamento temático da informação a partir das diferentes realidades institucionais em que a informação se apresenta se mostram bastante significativas.

Acredito que são todos os elementos que nos rodeiam, sejam eles humanos (comportamentais, sociais, conhecimentos técnicos, teóricos, práticos), materiais (espaço físico, recursos) e organizacionais (estrutura da instituição, tipo de gestão - verticalizada ou mais horizontal, foco da gestão - se centrado no [usuário] ou não, etc.). Digo isso porque geralmente adotamos uma visão mais fechada ao pensarmos na elaboração de políticas de indexação como número de indexadores/quantidade de descritores, recursos financeiros/nº de profissionais contratados, cuidados linguísticos para padronização do vocabulário (...). Claro que todas estas questões são importantes, mas não são questões que modelam o sistema, mas que sim o mantém intacto como está (D-5).

Complementando o exposto, sinaliza-se que, no âmbito das bibliotecas universitárias, os catálogos coletivos *online* diante das inovações tecnológicas passaram a oferecer produtos e serviços informacionais em âmbito local e global. Essa dimensão assumida pelo catálogo, por consequência, acarreta novas responsabilidades ao fazer profissional, pautadas no “[...] compromisso com a construção de catálogos condizentes com a realidade não somente de sua comunidade usuária local, mas também de uma comunidade usuária potencial virtual, cada vez mais exigente” (RUBI, 2008, p. 145). Em atenção a essa nova realidade, um dos docentes indicou que a política de indexação deve prever o trabalho em rede, uma vez que as bibliotecas universitárias podem apresentar características particulares, de acordo com a realidade institucional de cada uma.

Prever o trabalho em rede, onde diferentes unidades de informação podem ter características diferentes (D-7).

As afirmações acima são particularmente interessantes para esta pesquisa. No entendimento de Smit (2009, p. 62) “a organização da informação, para conferir sentido, opera por opções” que são pré-estabelecidas por cada instituição, no caso a biblioteca universitária. Sobre isto, torna-se importante reafirmar que, para conferir sentido à informação, esta deve ser vinculada a um objetivo que a norteie, conforme esclarece a autora:

[...] não faz sentido imaginar uma organização da informação “em si”, desvinculada de objetivos e, portanto, opções. A decisão de preservar determinadas informações e de organizá-las de acordo com objetivos institucionais acarreta a “institucionalização” da informação, ou seja, a atribuição de um status diferenciador àquela informação, pois a mesma agora foi acrescida de um “carimbo” institucional. Este carimbo tem dupla função: afirmar que aquela informação foi considerada digna de guarda e que a mesma encontra seu lugar, ou seu sentido, no contexto maior das opções institucionais (SMIT, 2009, p. 62).

Dito desta maneira, as informações organizadas nas bibliotecas universitárias são dotadas de valor, direcionadas por objetivos institucionais bem definidos. De outro modo, perdem a sua utilidade potencial no futuro. Com efeito, a organização da informação no contexto de bibliotecas universitárias “[...] não constitui somente uma imperiosa necessidade para que o acesso à mesma possa ser ativado, mas é a condição *sine qua non* para que o sistema de informação ‘faça sentido’, ou seja, que o mesmo cumpra seu papel social” (SMIT, 2009, p. 61).

Portanto, é pertinente prever nas diretrizes de política de indexação a definição clara das características e objetivos institucionais, conforme sinalizado por um dos sujeitos de pesquisa:

Ela deve funcionar [como] um guia a ser seguido na tomada de decisões. Fundamentalmente ela deve considerar as características e objetivos da instituição. Identificar os usuários da unidade de informação para poder atender as suas necessidades de informação. Prever os recursos humanos, materiais e financeiros, que delimitam o funcionamento de um sistema de recuperação de informações. Prever treinamento para os profissionais que trabalham com a indexação. Estabelecer previamente e com conhecimento os documentos fontes que forem necessários para a indexação (D-7).

Diante do exposto, tem-se o pensamento de que a política de indexação propicia novas formas de se pensar e aplicar as regras vigentes para avançar na persecução dos objetivos estabelecidos pela biblioteca universitária.

5. Considerações Finais

A política de indexação deve ser pensada como eixo integrador entre o ‘saber’ e o ‘fazer’ profissional, isto é, como um corpo de diretrizes que aliam literatura especializada e especificidades da prática cotidiana da profissão.

Nesse cenário, verificou-se o conhecimento dos docentes da área de Organização e Representação do Conhecimento que ministram disciplinas relacionadas ao Tratamento Temático da

Informação acerca da política de indexação por meio do uso de questionário. Esta linha investigativa mostrou-se bastante oportuna, ao passo que permitiu sinalizar algumas das opiniões, impressões, concepções e expectativas dos sujeitos participantes sobre política de indexação para bibliotecas universitárias.

De modo geral, verificou-se que os docentes brasileiros são conscientes sobre o posicionamento estratégico que a política de indexação assume no contexto de bibliotecas universitárias ao contribuir para a promoção da democracia e respeito às demandas de suas comunidades usuárias.

A partir da reflexão empreendida, verifica-se uma interface vantajosa entre a área de Organização e Representação do Conhecimento e a área de Gestão do Conhecimento para o encaminhamento de investigações sobre política de indexação, em especial quando tais diretrizes são direcionadas para sistemas de informação multifacetados, como é o caso das bibliotecas universitárias. Outro aspecto relevante a ser considerado é a reflexão realizada pelos docentes acerca do usuário ser o ponto central dos esforços empreendidos pelas pesquisas destinadas à política de indexação. Tal postura viabiliza que os produtos e serviços informacionais gerados não fiquem alheios aos valores, exigências e necessidades dos usuários de informação, os quais devem ser capazes de construir sentido a partir das informações que recebem no momento da recuperação em sistemas de informação.

Com base nos resultados apresentados, conclui-se que a política de indexação precisa ser pensada e elaborada de modo a contribuir para que o bibliotecário indexador tenha uma postura ética e compromissada no momento da representação de assunto, reconhecendo, para tanto, a necessidade desta atividade no contexto de bibliotecas universitárias. Para tanto, recomenda-se o encaminhamento de estudos que trabalhem com as questões de natureza ética relacionadas à atuação do bibliotecário indexador e que possam ser descritas na política de indexação.

Notas

(1) Autores como Fujita (2003), Guimarães (2003) e Dias e Naves (2007) tratam como sinônimos a organização e o tratamento da informação. Na concepção destes autores, a organização da informação compreende as atividades e operações do tratamento descritivo e do tratamento temático da informação.

(2) Este número não representa o montante total de docentes que ministram disciplinas relacionadas ao eixo Tratamento Temático da Informação no Brasil, uma vez que em algumas Escolas de Biblioteconomia os planos de ensino estavam indisponíveis ou mesmo desatualizados.

Referencias

- Almeida, C. C. (2010). Pragmatismo e Semiótica de Peirce na organização da informação. // *Scire*, Zaragoza, 16, 15-20.
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- Bocato, V. R. C. (2009). *Avaliação do uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias*: um estudo sociocognitivo com protocolo verbal. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 299f.
- Carneiro, M. V. (1985). Diretrizes para uma política de indexação. // *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte. 14:2 (set. 1985) 221-241.
- Carvalho, K. (2002). O profissional da informação: o humano multifacetado. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, 3:5 (out. 2002).
- Dal'Evedove, P. R. (2014). *O tratamento temático da informação em abordagem sociocultural*: diretrizes de política de indexação em bibliotecas universitárias. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. 266f.
- Fujita, M. S. L. (2005). Aspectos evolutivos das bibliotecas universitárias em ambiente digital na perspectiva da Rede de Bibliotecas da UNESP. *Informação & Sociedade*: estudos, João Pessoa, 15:2. Recuperado 24-07-2013 de <http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/pdf/IS1520504.pdf>.
- Fujita, M. S. L. (2012a). A política de indexação para representação e recuperação da informação. // Isidoro Gil Leiva; Mariângela Spotti Lopes Fujita (Org.). *Política de indexação*. São Paulo; Marília: Cultura Acadêmica; Oficina Universitária, 2012. 17-30.
- Fujita, M. S. L. (2012b). Elaboração e avaliação da política de indexação na formação inicial do indexador. // Isidoro Gil Leiva; Mariângela Spotti Lopes Fujita (Org.). *Política de indexação*. São Paulo; Marília: Cultura Acadêmica; Oficina Universitária, 2012. 187-216.
- Fujita, M. S. L.; Rubi, M. P.; Bocato, V. R. C. (2009). O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma política de tratamento da informação documentária. // *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, 10:2 (Abril 2009).
- Gil Leiva, I.; Fujita, M. S. L. (2012). Política de indexação latino-americana. // Isidoro Gil Leiva; Mariângela Spotti Lopes Fujita (Org.). *Política de indexação*. São Paulo; Marília: Cultura Acadêmica; Oficina Universitária. 2012.
- Guimarães, J. A. C. (2004). As políticas de indexação como elementos para a gestão do conhecimento nas organizações. In: VIDOTTI, S. A. B. G. (Org.). *Tecnologia e conteúdos informacionais*. São Paulo: Polis, 2004, 43-52.
- Jambeiro, O. (2000). Gestão e tratamento da informação na sociedade tecnológica. // Nídia Lubisco e Lídia Brandão. (Org.). *Informação & Informática*. Salvador: EDUFBA, 2000, 207-232.

- Lousada, M. et. al. Políticas de indexação no âmbito da gestão do conhecimento organizacional. // *Informação & sociedade* (UFPB. *Online*), v. 21, 191-202, 2011.
- Nunes, C. O. (2004). Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. // *Biblos*. Rio Grande do Sul. 16, 55-61.
- Rubi, M. P.; Fujita, M. S. L. (2010). Política de indexação na catalogação de assunto em bibliotecas universitárias: a visão sociocognitiva da atuação profissional com protocolo verbal. // *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. 7 (2010) 168-200.
- Rubi, M. P. (2004). *A política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. 135 f.
- Rubi, M. P. (2008). *Política de indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. 169f.
- Rubi, M. P. (2012). Proposta para implantação de política de indexação em bibliotecas. // Isidoro Gil Leiva; Mariângela Spotti Lopes Fujita (Org.). *Política de indexação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 171-183.
- Smit, J. W. (2009). Novas abordagens na organização no acesso e na transferência da informação. // Helen de Castro Silva e Maria Helena T. C. de Barros. (Org.). *Ciência da Informação: múltiplos diálogos*. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009, 57-66.
- Valentim, M. L. P. (2008). Informação e conhecimento em organizações complexas. // Marta Lígia Pomin Valentim (Org.). *Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação*. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008. 11-25.

Anexo 1

Cursos de formação em Biblioteconomia no Brasil

REGIÃO	ESTADO	IES	VÍNCULO INSTITUCIONAL	DENOMINAÇÃO DO CURSO	ANO DE CRIAÇÃO
Norte	Amazonas	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Instituto de Ciências Humanas e Letras	Biblioteconomia	1966
Norte	Pará	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Faculdade de Biblioteconomia (FABIB)	Biblioteconomia	1963
Nordeste	Alagoas	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte (ICHCA)	Biblioteconomia	1998
Nordeste	Bahia	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Instituto de Ciência da Informação	Biblioteconomia e Documentação	1942
Nordeste	Ceará	Universidade Federal do Ceará (UFC)	Campus da UFC no Cariri	Biblioteconomia	2006
Nordeste	Ceará	Universidade Federal do Ceará (UFC)	Centro de Humanidades	Biblioteconomia	1964
Nordeste	Maranhão	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Centro de Ciências Sociais	Biblioteconomia	1969
Nordeste	Paraíba	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Biblioteconomia	1969
Nordeste	Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Centro de Artes e Comunicação	Biblioteconomia	1950
Nordeste	Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Biblioteconomia	1996
Nordeste	Piauí	Universidade Estadual do Piauí (UESPI)	Centro de Ciências Sociais e Aplicadas	Biblioteconomia	2003
Centro Oeste	Distrito Federal	Universidade de Brasília (UnB)	Faculdade de Ciência da Informação	Biblioteconomia	1962
Centro Oeste	Goiás	Universidade Federal de Goiás (UFG)	Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (FACOMB)	Biblioteconomia	1980
Centro Oeste	Mato Grosso	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS)	Biblioteconomia	2000
Sudeste	Espírito Santo	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)	Biblioteconomia	1974
Sudeste	Minas Gerais	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Escola de Ciência da Informação	Biblioteconomia	1950
Sudeste	Rio de Janeiro	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)*	Escola de Biblioteconomia	Biblioteconomia	1911
Sudeste	Rio de Janeiro	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Instituto de Arte e Comunicação Social	Biblioteconomia e Documentação	1963
Sudeste	Rio de Janeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (CCJE)	Biblioteconomia e Gestão de Unidade de Informação	2005
Sudeste	São Paulo	Universidade de São Paulo (USP)	Escola de Comunicação e Artes (ECA)	Biblioteconomia	1967
Sudeste	São Paulo	Universidade Estadual Paulista (UNESP)**	Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC/Campus de Marília)	Biblioteconomia	1977
Sudeste	São Paulo	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH/Campus São Carlos)	Biblioteconomia e Ciência da informação	1996
Sul	Paraná	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Centro de Educação, Comunicação e Artes	Biblioteconomia	1972
Sul	Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI)	Biblioteconomia	1978
Sul	Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABIBO)	Biblioteconomia	1947
Sul	Santa Catarina	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	Centro de Ciências Humanas e da Educação	Biblioteconomia – Habilitação em Gestão da Informação	1973
Sul	Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Ciências da Educação (CED)	Biblioteconomia	1973

Fonte: Pesquisa empírica 2012/2013.

* Corresponde ao primeiro curso Biblioteconomia criado no Brasil, sob o comando da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

** Consta no respectivo como forma de informação, não sendo selecionada para a coleta de dados com os docentes desta IES em virtude do vínculo existente com a pesquisa.